



---

**Curso: Direito**

**Grau ou Diploma:** Mestrado

**Ramo:** Direito Administrativo e Contratação Pública

**Plano de estudos:** Aviso n.º 19349/2019, de 2 de dezembro

---

**Docência:**

**Docente(s) responsável(eis) pela unidade curricular:**

Mestre Raul Relvas Moreira

**Outro(s) docente(s) da unidade curricular:**

-

---

**Idioma de ensino:**

Português

---

**Funcionamento:**

Ensino integrado. Aulas teórico-práticas.

---

**Objetivos de aprendizagem:**

Conhecer, compreender e analisar criticamente o sistema de invalidades do Direito dos Contratos Públicos, nos planos contratual e pré-contratual e nas vertentes substantiva e adjetiva, e identificar e resolver questões jurídicas concretas que neste âmbito se suscitem.

---

**Conteúdos programáticos:**

1. Introdução. Tutela da juridicidade subordinante: aspetos de teoria geral
2. Invalidez pré-contratual
  - a. O sistema das Diretivas Recursos
  - b. Recorte operativo e regime jurídico da invalidez pré-contratual
  - c. Garantias administrativas
  - d. Garantias contenciosas
3. Invalidez contratual
  - a. Invalidez derivada, conseqüente ou reflexa
  - b. Invalidez própria ou direta
  - c. Conseqüências jurídicas da invalidez contratual
  - d. Garantias contenciosas

---

**Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:**

Os conteúdos programáticos permitirão aos alunos conhecer, compreender e analisar, criticamente e em profundidade, os regimes substantivos e processuais aplicáveis à invalidez contratual e pré-contratual, adquirindo a capacidade de identificar e resolver problemas jurídicos concretos que relevem destes domínios.

---

**Conhecimentos prévios recomendados (ou unidades curriculares cuja frequência prévia é recomendada):**

Conhecimentos gerais de Direito Administrativo e de Direito Processual Administrativo ao nível de licenciatura.

---

**Método de ensino e avaliação:**

A metodologia adotada compreende uma componente expositiva dos quadros fundamentais da tutela da juridicidade nos planos contratual e pré-contratual, em diálogo com os alunos, com base na análise de textos normativos e jurisprudenciais e na discussão de hipóteses práticas, e uma componente centrada na apresentação e discussão pelos alunos, orientados pelo docente, de uma reflexão crítica acerca de um tema compreendido no programa. Os alunos deverão elaborar um relatório sintético sobre o tema apresentado e discutido em aula.

A avaliação final resulta da avaliação contínua, que atende à participação dos alunos durante as sessões (25%), da avaliação da apresentação oral do trabalho (25%) e da avaliação do trabalho escrito final, que poderá consistir no comentário a um acórdão ou numa reflexão crítica sobre um tema integrado nos conteúdos programáticos (50%).

---

**Demonstração da coerência entre o método de ensino e os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:**

A lecionação através de aulas teórico-práticas, recorrendo ao método dialógico no tratamento das matérias e promovendo a reflexão crítica sobre as mesmas, permitirá aos alunos conhecer, compreender e analisar criticamente o sistema de invalidades do Direito dos Contratos Públicos, nos planos substantivo e adjetivo, e identificar e resolver questões jurídicas concretas que neste âmbito se suscitem, no quadro de um ensino em profundidade e aberto à investigação.

---

**Bibliografia:**

- ALMEIDA, Mário Aroso, *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 10.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022
- ALMEIDA, Mário Aroso, *Manual de Processo Administrativo*, 7.ª ed., reimp., Coimbra, Almedina, 2023
- ALMEIDA, Mário Aroso e Carlos Alberto Fernandes Cadilha, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 5.ª edição, Coimbra, Almedina, 2021
- AMARAL, Diogo Freitas do, *Curso de Direito Administrativo*, II, 4.ª edição, Coimbra, Almedina, 2018
- ANDRADE, José Carlos Vieira de, *A justiça administrativa*, 19.ª, reimp., Coimbra, Almedina, 2022
- CADILHA, Carlos Alberto Fernandes e António Cadilha, *O Contencioso Pré-Contratual e o Regime de Invalidez dos Contratos Públicos - Perspetivas Face à Diretiva 2007/66/CE (Segunda Diretiva «Meios Contenciosos»)*, Coimbra, Almedina, 2013
- CARVALHO, Raquel, "O regime da invalidez derivada nos contratos administrativos. Da Alteração Operada pela Directiva n.º 2007/66/CE", *Revista de Contratos Públicos*, n.º 3, 2011, pp. 51-70
- CARVALHO, Raquel, *As Invalidades Contratuais nos Contratos Administrativos de Solicitação de Bens e Serviços*, Coimbra, Almedina, 2010
- FONSECA, Isabel Celeste M. da, "A Diretiva (recursos) n.º 2007/66 CEE: o reforço da efetividade do contencioso pré-contratual – what else?", *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, vol. V, 2008, pp. 49-71
- MONCADA, Luís Cabral de, "A invalidez do Contrato Administrativo", *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, pp. 567-587
- MONIZ, Ana Raquel Gonçalves, "A invalidez do contrato no CCP", *Comentário ao Código dos Contratos Públicos*, 5.ª edição, II Volume, AAFDL, Lisboa, 2023, pp. 677-732
- OTERO, Paulo, *Direito do Procedimento Administrativo*, I, Coimbra, Almedina, 2016
- RAIMUNDO, Miguel Assis, *Direito dos Contratos Públicos*, Vol. II, reimp., Lisboa, AAFDL, 2023
- SÁNCHEZ, Pedro Fernández, *Direito da Contratação Pública*, Vol. II, Lisboa, AAFDL, 2020
- SILVA, Jorge Andrade da, *Código dos Contratos Públicos – Comentado e Anotado*, 11.ª ed., revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 2023
- SILVA, Jorge Pereira da, "A invalidez dos contratos administrativos", *Revista Direito e Justiça*, Vol. X, tomo 2, UCP Editora, 1996
- SILVA, Nuno Sousa e e Pedro Cerqueira Gomes, "Invalidades Contratuais no CCP – Visita de Estudo", *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, n.º 21, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2012, pp. 43-72



SOUSA, Marcelo Rebelo de e André Salgado Matos, Direito Administrativo Geral, Tomo III, 2.ª ed., reimp., Lisboa, D. Quixote, 2009

---

#### Legislação:

Constituição

Diretiva n.º 89/665/CEE, do Conselho, de 21 de dezembro

Diretiva n.º 92/13/CEE, do Conselho, de 25 de fevereiro

Diretiva n.º 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro

Código dos Contratos Públicos

Código do Procedimento Administrativo

Código de Processo nos Tribunais Administrativos

Código Civil

---

#### Plano de Aulas:

1.ª Aula – Introdução. Tutela da juridicidade subordinante: aspetos de teoria geral

2.ª Aula – Invalidade pré-contratual

3.ª Aula – Invalidade pré-contratual

4.ª Aula – Invalidade pré-contratual

5.ª Aula – Invalidade pré-contratual

6.ª Aula – Invalidade contratual

7.ª Aula – Invalidade contratual

8.ª Aula – Invalidade contratual

9.ª Aula – Invalidade contratual

10.ª Aula – Invalidade contratual